CORREIO REAL 10

Boletim da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

JUNHO 2014

PROMESSA DE CONTINUIDADE

Maioridade de S.A.R. o Senhor Dom Afonso Príncipe da Beira

Entrevista

Pedro Mexia

"Não acredito no caixote do lixo da História, ou seja, não acredito que haja regimes que desaparecem para sempre"

CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

A difícil situação que vivemos, que está longe de ter terminado, pôs termo a muitas ilusões e a nu muitas fragilidades que não tínhamos percebido existirem. Não são poucos os que reclamam, agora, uma reflexão sobre as nossas instituições e sobre a arquitectura do sistema político e eleitoral. Aos monárquicos não cabe cavalgarem uma onda de descontentamento. Antes se lhes exige que contribuam para essa reflexão. Este é o tempo. É chegada a hora.

Como é evidente, a Monarquia não é uma bizarria de saudosistas. Não é um capricho de diletantes. É uma solução que tem de ser apresentada como alternativa política. Uma alternativa séria e de futuro.

Não é difícil perceber-se que o "governo", o administrador da coisa pública, é efémero e contingente. Os governos sucedem-se… mas o País permanece. O País que hoje temos de gerir, recebemo-lo dos nossos pais e avós e será amanhã gerido pelos nossos filhos e netos. Há uma continuidade geracional. Há um feixe temporal que vai moldando a realidade nacional sem beliscar a sua essência. Um país não é só espaço. É também tempo.

E mesmo quanto ao espaço, há que reconhecer que Portugal é muito mais do que "espaço político". É uma enorme comunidade de afectos que resulta de uma experiência multissecular de partilha. De pertença. Os portugueses andaram pelo mundo todo e somo feitos disso… de mundo. Esta constatação abre caminho à conclusão de que a Instituição Real, aqui e agora, é o único sistema que permite legitimar a representação nacional no que há de mais natural: o tempo e os afectos…

Nuno Pombo
Director e Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.

Ultrapassadas inúmeras contingências, eis que surge finalmente o décimo número do Correio Real. Apesar das dificuldades, acreditamos que valeu a pena persistir neste projecto, que complementa um efectivo esforço quase diário de comunicação nos meios digitais *online*. No entanto, estamos conscientes da insuficiência dos resultados que logramos alcançar, tendo em conta o incomensurável valor comunicacional do legado que nos cabe promover – a quase milenar Casa Real Portuguesa.
Mas há também boas notícias: a publicação deste número coincide com as comemorações da maioridade do Senhor Dom Afonso de Santa Maria, Príncipe da Beira, digno representante, com Seu Pai, de toda a Nação Portuguesa. Nesse sentido, orgulhamo-nos de exibir na capa um seu retrato, trabalhado pela nossa incansável *designer* Madalena Pestana, com base em milhares de fotografias de portugueses anónimos que a Instituição Real encarna e que se congratulam pela promessa de continuidade deste sonho antigo que é Portugal. • **João Távora,** *Coordenação.*

O Correio Real é o boletim Monárquico da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

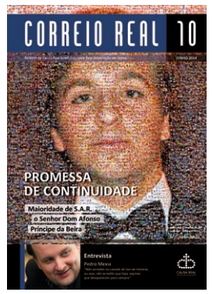
Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a quinta-feira, das 15 às 18 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em: www.causareal.pt/ Real Associação de Lisboa



Correio Real

Director: Nuno Pombo

Coordenação: João Távora

Redacção: Duarte Calvão, João Távora, José Maria Tavares de Almeida, Leonor Martins de Carvalho, Luís Barata.

Design e edição: Madalena Pestana

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2650 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º nº1 alínea a)

Há vinte anos atrás, ultrapassados os maiores problemas políticos e económicos do pós 25 de Abril, e já integrado na então CEE, Portugal entrava em delírio colectivo. Fazia-o de peito feito, já embriagado com os frutos aparentemente inesgotáveis desta sua nova associação, empolados pela recente abertura ao crédito que veio alimentar um novo fervor consumista e com a soberba desajustada de quem quer por força sentir-se à vontade no tão cobiçado "Clube dos Ricos".

Na mesma altura, certamente encorajados pelo velho provérbio que antecipa a queda dos soberbos, ou inspirados na frase do Talmude babilónico que esclarece que "a arrogância é o reino – sem a coroa", houve quem estivesse preocupado em manter viva a simples chama que vem simbolizando algo mais profundo, constante, sincero, identitário – a nossa Alma Lusitana. E assim surge a Causa Real.

Ao fim de vinte anos, a nossa Causa perdura! Agora de cara lavada, com uma expressão renovada, os olhos postos no futuro e os pés bem assentes no presente, ansiamos fazer reluzir o brilho dessa chama!

Como recordei no último editorial, elevados sobre os ombros dos gigantes que nos precederam, estaríamos certamente a olhar para mais longe e para um horizonte mais vasto, não fosse a miopia colectiva que nos impeliu a dar um passo em frente quando estávamos à beira de um profundo e tenebroso abismo...

No entanto, é precisamente na maior escuridão que uma pequena chama mais brilha.

Luís Lavradio, *Presidente da Causa Real*

Capa: © Madalena Pestana. *madalenapvdesign@gmail.com*

10

ÍNDICE

ACTUALIDADE • Celebrações da Maioridade do Princípe da Beira • **João Mattos e Silva** 4

ENTREVISTA • Pedro Mexia: "Os países mais sólidos e com valores éticos mais elevados são monarquias." • **João Távora e Duarte Calvão** 6

OPINIÃO E DEBATE • Continuidade e tradição, garantia de progresso • **João Távora** • Projecto de Actualização e Uniformização da Imagem da Causa Real • **Luís Lavradio e João Távora** • 20 Anos Causa Real • **João Mattos e Silva** • 20 Anos Causa Real • **Paulo Teixeira Pinto** • 20 Anos Causa Real - Causa Maior • **António Souza-Cardoso** • Montesquieu e a liberdade em monarquia • **Samuel de Paiva Pires** 11 12 16 17 18 19

CARTOON DE • **Luís Lourenço** • Mas tu não percebes que a Monarquia é uma coisa do passado? 20

NOVO SÓCIO • Jorge Oliveira • **Duarte Calvão** 21

JMP • A nova JMP • **Diogo Tomás** 22

NOTICIÁRIO • Portugal Real 100% Alto Minho • **JT** • Integralismo Lusitano - 100 anos depois • **NP** • XIX Congresso da Causa Real • **JT** • Festa Azul • **LMC** • Mérito e militância • **JT** 23

BIBLIOTECA • Rainha D. Amélia - Uma biografia •**Luís Barata** • Liberdade 232 • **Vasco Rosa** 26

© TV Monarquia portuguesa

Celebrações da Maioridade do Príncipe da Beira

Missa de Acção de Graças abriu as celebrações do 18º aniversário do Príncipe

A Família Real quis que as celebrações do 18º aniversário do Senhor Dom Afonso de Santa Maria, Príncipe da Beira e Duque de Guimarães, se iniciassem com a celebração de uma Missa de Acção de Graças, que teve lugar na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa. Presidiu à Eucaristia o Cónego João Seabra – que celebrara também Missa no quarto do Hospital quando o Príncipe nasceu – e concelebraram os padres Afonso de Herédia, Gonçalo Portocarrero de Almada, Miguel de Aguiar e Hilário Macandja.

Suas Altezas Reais os Senhores Dom Duarte e Dona Isabel e o Senhor Dom Afonso sentaram-se na primeira fila do lado direito da nave em cadeirões especiais e, na fila imediatamente atrás, D. Nuno, D. Francisco e D. Miguel de Bragança van Uden, respectivas mulheres e filhos. Nas primeiras filas do lado esquerdo, sentaram-se Suas Altezas os Infantes Dom Miguel e Dom Henrique, Dona Maria Francisca e Dom Dinis, os pais da Senhora Dona Isabel, D. Jorge e D. Raquel de Herédia e seus filhos Teresa, Manuel e Afonso e outros membros da família. Seguiram-se as representações das Ordens Dinásticas de Nossa

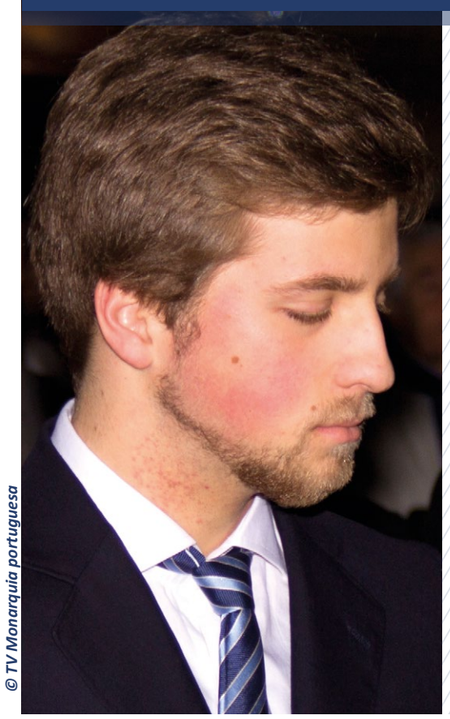
Senhora da Conceição de Vila Viçosa e de Santa Isabel, tendo à frente os respectivos Chanceleres, a Real Confraria de Santa Maria de Braga, da qual o Príncipe da Beira é Juiz de Honra, o presidente do Conselho Superior da Causa Real, João de Brito e Cunha, os membros da Direcção da Causa Real, Luís Lavradio, João Távora, Sérgio Rau Silva, Teresa Côrte-Real e Aline Gallasch-Hall de Beuvink, o secretário do Conselho Monárquico, José Tomaz de Mello Breyner e em representação da Real Associação de Lisboa, o presidente da Mesa da Assembleia Geral, João Mattos e Silva.

No início da nave, em frente do lugar onde se sentou a Família Real, esteve colocada uma imagem de Nossa Senhora Estrela do Lar, escultura de Irene Vilar, ofertada ao Príncipe da Beira pela Real Confraria de Santa Maria de Braga.

Numa igreja que foi pequena para acolher todos os que quiseram participar nesta Missa de Acção de Graças, esteve também presente o Coro da Igreja da Encarnação, que acompanhou a liturgia. Antes da bênção final, o Príncipe da Beira leu a oração que se transcreve abaixo.

Depois da Eucaristia, a Família Real, tendo o Senhor Dom Afonso em primeiro lugar, recebeu os cumprimentos e as felicitações dos presentes. Em representação da Real Associação de Lisboa, João Mattos e Silva e João Távora entregaram ao Senhor Dom Afonso uma lembrança em nome dos monárquicos seus associados.

João Mattos e Silva



© TV Monarquia portuguesa

Senhor Deus do Universo,
ao celebrar os dezoito anos da minha vida,
nesta terra que é a minha Pátria,
agradeço-Vos pelo Povo a que pertenço por inteiro,
e por toda a minha Família.

No meu sangue transporto a Missão de servir o bem comum.
Diante de Vós venho pedir o dom de, com a Vossa Graça,
corresponder ao que se espera de mim.

Dai-me, Pai de Misericórdia,
Sabedoria para intervir a favor dos mais fracos.
Iluminai os meus passos, na fragilidade insegura dos tempos.
Fortalecei o meu ânimo, na fidelidade criativa a que me inspirais.

Nesta terra de Santa Maria, ó Deus de bondade
eu vos confio a minha vida

Amen.

“(…) O semipresidencialismo é um sistema aberrante”

Entrevista a **Pedro Mexia**

Nasci em Lisboa, em 1972, e sou completamente lisboeta. Estudei Direito, que foi o grande erro da minha vida, da minha vida pública, por assim dizer. Porque foi um curso para o qual não tinha nenhuma vocação e do qual não tirei nenhuma consequência. Ainda fiz o estágio de advocacia, mas não segui, porque de facto não tinha nada a ver comigo. Comecei a escrever em jornais, primeiro como colaborador do DN Jovem e depois comecei a publicar críticas e crónicas no Diário de Notícias, onde estive durante nove anos. Depois a mesma coisa no Público e agora no Expresso. Pelo meio, editei 15 livros, entre crónicas, poesia, um livro de teatro, traduções e compilações dos textos do blogue. Estive na direcção da Cinemateca, onde fui subdirector do João Bénard da Costa e director interino durante largos meses, depois da sua morte. Actualmente, para além do Expresso, escrevo na revista Ler, e faço parte do painel do programa Governo Sombra na TSF e na TVI 24.

CR: O Pedro foi um dos pioneiros dos blogs em Portugal.

Estive muito ligado ao mundo da blogosfera em 2002, quando foi criado o “Coluna Infame” que era um blogue colectivo, em que eu participei com o João Pereira Coutinho e o Pedro Lomba. Era um blogue (muito finamente) criado em Oxford, porque o João estava a estudar lá. Nós fomos visitá-lo e estávamos muito entusiasmados com o fenómeno da blogosfera. Decidimos então criar um blogue colectivo a que chamámos Coluna Infame baseado no livro do Manzoni “História da Coluna Infame”. Nessa altura, em 2002, havia uma centena de blogues, se tanto, e ou eram sobre tecnologia ou sobre música. Eram blogues de pessoas “desconhecidas”, como nós também éramos, o João era o mais conhecido. Só depois é que se deu o *boom* da blogosfera, no contexto da guerra do Iraque. A Coluna Infame infelizmente durou pouco tempo, porque houve alguns desaguisados, felizmente hoje ultrapassados. Na altura tínhamos pouquíssimos leitores, mas quando o blogue acabou, o editorial do Público era sobre “o fim da Coluna Infame”. Eu lembro-me de ler aquilo e de ter achado estranhíssimo, e de me perguntar porque é que um jornal há-de dar destaque ao fim de uma coisa que era, digamos, uma brincadeira na *net*.

Houve ali uns anos, até se generalizarem as redes sociais, em que a blogosfera foi um fenómeno muito importante. E eu de facto fiz parte do primeiro blogue que chegou ao espaço público mais alargado. Durou menos de um ano, acabou em 2003. Desde então nunca mais deixei de ter blogues. Agora tenho um que se chama Malparado, é um blogue pessoal. Um blogue é como um diário. Não estou no Facebook ou no Twitter, mantenho-me fiel aos blogues.

CR: Falemos agora do assunto principal desta entrevista. Considera-se monárquico?

Considero-me, na medida em que se houvesse um referendo, votaria pela monarquia. Em parte é uma tradição familiar, a minha família é monárquica, mas também porque sou muito anglófilo. E as monarquias do Norte da Europa transmitem uma certa ideia de civilidade do espaço público que me agrada. Dito isto, suponho que nunca usei a palavra “monárquico” para me autodescrever. Não me oponho a que me descrevam como “monárquico”, mas nunca tive nenhuma espécie de militância, acho que nunca escrevi sobre o assunto, nem participei em nenhum movimento. Nem sequer ponho a questão do regime República *versus* Monarquia como prioritária em Portugal. Do ponto de vista pragmático não existe nenhuma vaga de fundo para a reinstalação da Monarquia em Portugal. O que não quer dizer que não se defenda a causa. Respondendo à pergunta, sou monárquico porque simpatizo com uma certa noção de estabilidade e de uma entidade suprapartidária enquanto chefe de Estado, simpatizo com uma certa ideia continuidade histórica. Mas não me defino como “monárquico”, no sentido em que não sou, digamos, “praticante”.

CR: Mas disse que votaria pela monarquia num referendo, isso quer dizer que prefere a monarquia à república…

Há que distinguir a Primeira República, da República e do actual sistema semi-presidencialista. A Primeira República é um tipo de regime jacobino que é o contrário daquilo em que eu acredito. É um regime que me é muito antipático pelo seu centralismo, radicalismo, demagogia e pela perseguição à Igreja. Foi terrivelmente injusto o preço político que a monarquia pagou pelo Ultimato [britânico de 1890], a que Portugal cedeu. Por comparação, por exemplo, ao facto de a Primeira República nos ter arrastado para a Primeira Guerra Mundial, quando toda a gente pedia para não entrarmos. Foi um desastre a participação de Portugal na guerra, uma carnificina escusada. Ainda por cima, o corolário do radicalismo de Afonso Costa foi termos a seguir 48 anos de ditadura. Eu tenho simpatia pelo regime monárquico, mas assumo-me mais facilmente como conservador do que como “monárquico”.

© Nuno Albuquerque

CR: E quanto ao regresso do regime monárquico?

Concordo com a monarquia em Portugal – digo em Portugal porque a monarquia não faz sentido em qualquer país, por exemplo, não faz sentido nos Estados Unidos da América. Mas num país como o nosso, em que existe uma continuidade, faz. A monarquia tem a vantagem de promover uma aliança entre um chefe de Estado e um povo. Há também a vantagem de as monarquias conseguirem cimentar a diversidade do país. Por outro lado, acho rasteiro quase todo o argumentário anti-monárquico. No entanto, percebo um argumento: a objecção anti-aristocrática. É legítima a questão “porque é que qualquer pessoa não pode chegar a este lugar? Porque é que só pode ser o primogénito daquela família?”. É esse pressuposto aristocrático, de que há uma família diferente do resto das famílias, legitimada obviamente pela História, que eu percebo que seja um argumento bastante discutível. Mas confesso que me revejo nalgumas das ideias aristocráticas, muitas delas bastante impopulares. Reconheço-me num certo ideal “lampedusiano”, se quiserem.

CR: Mas é melhor do que o regime que nós temos?

Eu acho que o regime que nós temos é péssimo porque é disfuncional. Graças ao senhor [Maurice] Duverger nós temos um sistema aberrante. Um sistema em que o Presidente da República tem poderes que são definidos de uma forma casuística. Eu percebo que houve o contexto de pós-revolução,

onde havia a preocupação de não se dar poder a um presidente porque se temia o regresso da ditadura, mas hoje considero mais urgente acabar com o semipresidencialismo do que restaurar a monarquia.

CR: Porquê?

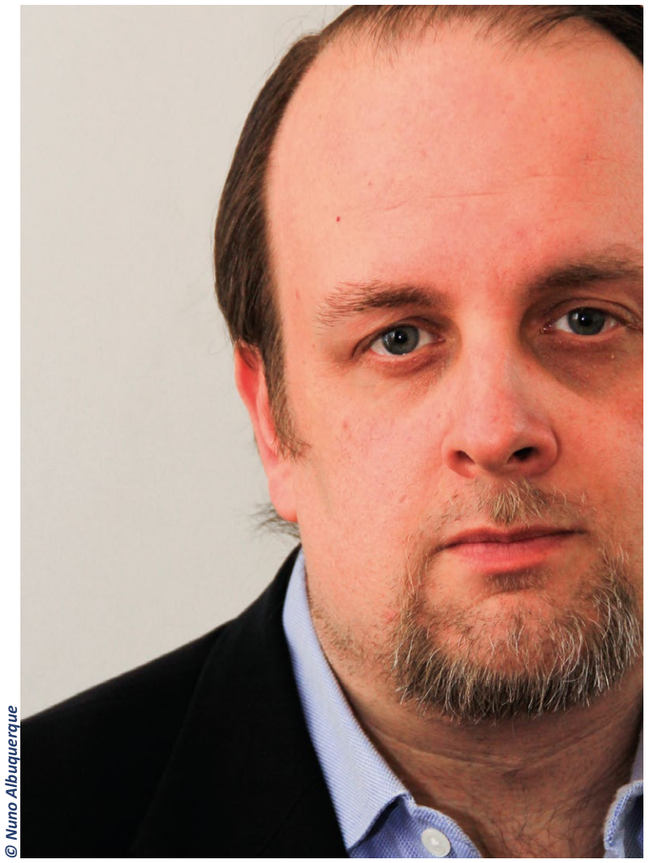
Aconteceu há anos uma coisa bizarra: o presidente Sampaio dissolveu um Parlamento onde havia uma maioria. Independentemente do que cada um possa pensar de Santana Lopes e do seu Governo, não deixou de ser a dissolução de uma maioria parlamentar. E ainda por cima alegando, na sua comunicação, e cito quase textualmente, que o fez "por motivos que me dispenso de explicitar". E até contou que um taxista o incitou a dissolver. Ora eu acho muito grave que um presidente da República tenha dissolvido o parlamento com estes argumentos e apartes. Da mesma maneira que não concordo com algumas intervenções do actual Presidente, que não estou a imaginar na maioria dos monarcas europeus. O exemplo mais flagrante foi o facto do chefe de Estado ter sugerido em público que era escutado, sem provas factuais. É de uma imensa gravidade. O chefe de Estado ter uma duplicidade de critérios, como o tem demonstrado, entre o Governo anterior e este, nomeadamente na definição do que são "sacrifícios intoleráveis" pedidos aos portugueses, também me desagrada. Nunca votei em nenhum presidente, e neste também não. Não por ser monárquico, mas porque nunca acreditei em nenhum dos candidatos que se apresentaram. Estava disposto a votar no António Barreto, mas ele já disse que não avançava.

CR: Então em substituição do sistema semipresidencialista que critica, qual o sistema que defende?

Excluindo a hipótese monárquica, que honestamente não está em cima da mesa (aliás basta ver o historial de referendos pró-monarquia pós-45), eu preferia um sistema parlamentarista, com o presidente a ser escolhido pelo parlamento. Acho que o presidente devia ter uma função institucional.

CR: Mas aí mantém-se o pressuposto aristocrático, uma vez que o presidente, nesse sistema, saía sempre das famílias partidárias… No fundo qual é a diferença entre esse sistema que defende e um sistema em que o rei é confirmado pelas Cortes ou pelo parlamento?

Eu não vejo nenhuma incompatibilidade entre a democracia e a monarquia. Os países mais progressistas são monarquias. Apesar da minha simpatia teórica pela monarquia constitucional como na Europa do norte, gostava de falar do caso inglês. O que se passou em Inglaterra há uns anos com a princesa Diana (uma figura que eu acho detestável), fez-me ter as primeiras dúvidas sobre a forma como a monarquia está a evoluir. Assim como



© Nuno Albuquerque

no passado um dos grandes perigos da monarquia foi a consanguinidade, uma vez que casavam todos entre primos, neste momento, o grande problema que a monarquia enfrenta, do meu ponto de vista, é o facto de a família real fazer parte do sistema das celebridades. A princesa Diana contribuiu muito para isso, ao identificar demasiado a ideia de monarquia com o *star system*, com as estrelas *pop*, com o mundo da moda, com o Elton John. Isto é muito anti-aristocrático. A Princesa Diana era uma burguesinha pateta, que nitidamente não estava preparada para o lugar que ocupou. Não teve a noção das responsabilidades que lhe cabiam.

CR: Mas gosta ou não da monarquia inglesa?

Em Inglaterra, agrada-me especialmente a ideia da Commonwealth, é o que eu gostava que pudesse ter sido o mundo lusófono. Países independentes mas com laços familiares. Por outro lado, a ideia imperial persiste em Inglaterra e dá-lhe uma certa pompa e circunstância. Estive a rever imagens da coroação da rainha de Inglaterra, que eu acho uma pessoa extraordinária, mas tenho a certeza que a próxima coroação não terá a mesma pompa. Já a junção dos papéis de chefe de Estado com o de chefe da Igreja, julgo que acabará por cair. O príncipe Carlos é a favor dessa separação. Neste momento, a única monarquia doente é a espanhola. Primeiro porque a Espanha está doente enquanto unidade nacional. Depois, porque o rei de Espanha, que tinha conseguido legitimar quase automaticamente a monarquia, com um acto de sensatez e de coragem no episódio do Tejero Molina, acumulou agora actos de total insensatez, como as histórias das caçadas, e está a pôr em causa a monarquia espanhola. Mas o príncipe Filipe é popular…

"sou monárquico porque simpatizo com uma certa noção de estabilidade e de uma entidade suprapartidária enquanto chefe de Estado, simpatizo com uma continuidade histórica."

CR: Acha que as monarquias podem contribuir para cimentar as sociedades num sentido mais vertical (entre pobres e ricos, por exemplo)? Acha que pode ajudar a formar consensos ou diminuir conflitos sociais que possam existir?

Há certamente classes sociais e há certamente conflitos de classes. Mas não sei responder a isso. A questão do regime também supõe uma teoria de "classe": elegemos o chefe de Estado ou há uma sucessão hereditária? E depois existe a dimensão pessoal. É preciso saber se a pessoa agrada ou não. Hoje em dia há um lado enorme de personalização da política.

CR: O que é perfeitamente anti-republicano…

Hoje votamos em pessoas. Houve situações, como o caso do rei da Roménia, que regressou após a queda do Ceausescu, em que o monarca se legitimou pelo seu comportamento e noutras os monarcas são naturalmente carismáticos. Mas não é o caso actual português. De resto, a ideia de continuidade inerente à monarquia não desagrada aos portugueses, e está patente no facto de cada presidente ser sempre reeleito.

CR: É preciso coragem para defender que a democracia precisa de uma componente aristocrática…

Mas o problema é que as pessoas ouvem falar em "aristocrático" e vêem-se logo no mundo pré-1914, um mundo da desigualdade e dos privilégios, o que é um erro grosseiro.

CR: Tocqueville falava desses desequilíbrios como fundamentais para a sobrevivência do sistema…

Tocqueville definia-se como "nobre no coração e democrata na razão". Eu revejo-me nesta frase. Para mim, a democracia é inquestionável, não só pela eleição dos nossos representantes, mas também pelo sistema de liberdades. A lei deve permitir o maior número de coisas possível, desde que não ofenda ou prejudique terceiros. Mas ao mesmo tempo existe uma outra dimensão, a que tradicionalmente se dá o nome de mentalidade "aristocrática", e ao qual eu sou sensível. Há uma grande vulgaridade no mundo moderno, a cultura das celebridades, os *reality shows*, a exposição da vida íntima, a sociedade do espectáculo. E esta minha atitude é por vezes vista como uma atitude aristocrática. Se quisermos, há uma confusão terminológica entre aristocracia enquanto classe, chamemos-lhe assim, e a aristocracia enquanto visão estética do mundo, que existe por exemplo em Pessoa.

CR: Há de facto um contrapeso dessas famílias a essa sociedade do espectáculo…

Existe uma interioridade e uma austeridade nas

monarquias do Norte da Europa, por exemplo.

CR: Movimento monárquico há algum?

Não me lembro de nenhum movimento em que a minha família tenha participado, só de símbolos. Era uma coisa que vinha com a mobília. Eu herdei muita mobília mas não a mobília toda. E nunca estive em nada. Por exemplo, sempre achei bizarríssima a existência do PPM. Cumpriu a sua função no tempo da AD, mas depois confundiu-se muito com uma figura, que ganhou um justo prestígio, o Gonçalo Ribeiro Telles. O partido acabou nas mãos do Nuno da Câmara Pereira, está tudo dito sobre esse percurso. E depois o PPM dá a ideia de que a monarquia em Portugal vale 0,4%, o que não é verdade. Não vejo a necessidade que haver um partido monárquico, mas acho normal que haja uma "causa monárquica".

CR: Que ideia que faz dos monárquicos actuais? Que tipo de pessoas imagina a defender a monarquia hoje em dia?

Há o estereótipo e há as pessoas que eu conheço. E o estereótipo também encontra eco nalgumas pessoas que conheço. Há evidentemente a linhagem do bigode enrolado, do fado, das corridas de toiros. Eu não tenho nada a ver com isso, não sou um tradicionalista. Acho que ser conservador e ser tradicionalista não é a mesma coisa. Não tenho nada a ver com o marialvismo, com nada disso. E há pessoas de quem nunca se diria que são monárquicos – uns até podiam ser *punks* -e que dizem que são monárquicos, talvez por contestação. Há defensores do ideário monárquico que não correspondem ao estereótipo.

CR: Como é a reacção quando diz que é monárquico?

Se alguém me "denuncia" como monárquico isso é entendido quase como se eu escrevesse em aramaico. A reacção não é má, é simplesmente de surpresa, é visto como uma excentricidade. Eu como tenho um lado calvinista, gosto muito de me auto-acusar, e já fiz esta pergunta a mim próprio: até que ponto é que eu seria militante monárquico se a causa monárquica tivesse um apoio grande do país? É possível que ligasse mais a isso. Acho realisticamente que é uma questão que não vai estar em cima da mesa, mas que ao mesmo tempo não deve ser abandonada, porque a própria ideia de "causa" remete para qualquer coisa que não depende do estado das coisas num determinado momento. Mas confesso que aquilo que mais me custa na república é aquela bandeira feiíssima.

CR: Cuidado com o "síndrome de Estocolmo", em que se começa a prescindir de coisas porque os outros acham excêntricas, e tornamo-nos no oposto…

Eu não sou por natureza militante, não gosto de campanhas, nem de comícios. Tenho ideias, em algumas das quais sei que estou bastante isolado, mas passar à acção política é-me mais difícil.

CR: As pessoas que são monárquicas, e que estão bem colocadas na sociedade, têm muitas vezes medo da impopularidade e de serem associadas aos tais estereótipos, por isso não se manifestam…

Tenho esperança de que um dia isso se altere. Não acredito no "caixote do lixo da História". Mas tendo a prezar, em política, uma certa lógica de realismo.

CR: Para acabar, qual é o livro que gostava de ter na sua bibliografia? Ou seja, que livro gostaria de escrever?

O mais importante para mim, e que é de longe aquilo que é menos valorizado, é a poesia. Tenho seis livros de poesia publicados e uma antologia, e deve sair um novo livro em breve. Eu gostava, se tivesse que ficar alguma coisa de mim, que fosse a poesia. Mas tenho a noção que se a minha obra acabasse agora não ficava nada, porque ainda não escrevi nada que justifique a posteridade. Se tivesse uma pequena entrada numa enciclopédia futura, gostava de ser referido como "poeta".

Entrevista de **João Távora e Duarte Calvão**.

Daqui e Dali:

"A monarquia é a barreira contra o poder de idiotas em grandes números."

***Voltaire,** filósofo e escritor do iluminismo francês*

Continuidade e tradição, garantia de progresso

João Távora

A tradição e a cultura (língua e obras) são os alicerces duma Nação corporizada por um Povo que a herda, administra e projecta para o futuro. O Príncipe, como *primus inter pares*, encarna os desejos e expectativas da comunidade que representa e de que procede. Estamos no domínio da meta-política que nos concede superar uma concepção meramente administrativa ou aritmética da Coisa Pública. E repare-se como não ficamos obrigatoriamente amarrados a uma simples questão de Fé: para os não crentes numa ordem transcendente, a questão pode ser perspectivada no âmbito da simbologia, dimensão fundamental para a sustentação de um tácito contrato comunitário, a encarnação de uma realidade abstracta, a que se confere assim a harmonia necessária à adesão emotiva.

No que diz respeito à perspectiva estritamente política, nunca é demais relembrar que a chefia hereditária do Estado, que maioritariamente subsiste legitimada pela História nos países europeus mais desenvolvidos, é um factor de equilíbrio e de religação nacional, último reduto da unidade identitária e dos valores perenes do ideal comum, sempre ameaçados pela mecânica democrática, cujo exercício por natureza exacerba a luta faccionária, compele à desagregação e à descrença por via da erosão de uma conflitualidade permanente, através da rivalidade e conflito entre partidos, grupos de interesses, económicos, profissionais ou estéticos.

Foi pois com enorme júbilo que no passado dia 25 de Março centenas de portugueses encheram a Igreja da Encarnação em Lisboa para a missa de Acção de Graças com que a Família Real Portuguesa assinala o início das celebrações da maioridade de S.A.R. o Senhor D. Afonso, Príncipe da Beira, digno representante, com Seu Pai, de toda a Nação Portuguesa. Tratou-se afinal da comemoração duma promessa da continuidade na direcção dos nossos filhos e netos, duma noção de Pátria que é acima de tudo espaço, tempo e uma alma enorme de 900 anos.

CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

XX CONGRESSO
Viana do Castelo

28 de Junho de 2014 | www.causareal.pt

Auditório do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC)

co-organização:
REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

Projecto de Actualização e Uniformização da Imagem da Causa Real.

Luís Lavradio e João Távora

Em resposta à necessidade urgente de fazer reflectir numa imagem moderna e apelativa a natureza política da Causa Real, foi apresentado em Outubro do ano passado, no Congresso de Santarém, o resultado de um maturado projecto de renovação de imagem da Causa Real e das Reais Associações, que procurou fazer uma feliz síntese entre uma visão mais arejada dos nossos símbolos, preservando o essencial da simbologia inequívoca dos valores monárquicos, que é aquilo que une e motiva os seus militantes.

Este trabalho, como se verá, não pretende redesenhar, redefinir ou de qualquer forma beliscar as Armas Reais, as Armas de Portugal. O que se procurou foi, com base nelas, criar uma imagem que suportasse a acção política da Causa Real e das Reais Associações. Até porque todos devemos ter consciência de que as Armas Reais, as Armas de Portugal, não são património dos monárquicos. Antes pertencem ao País e a todos os portugueses. Portanto, achou-se crucial fazer essa separação. Uma coisa é o País outra, que o serve, é a acção política dos monárquicos.

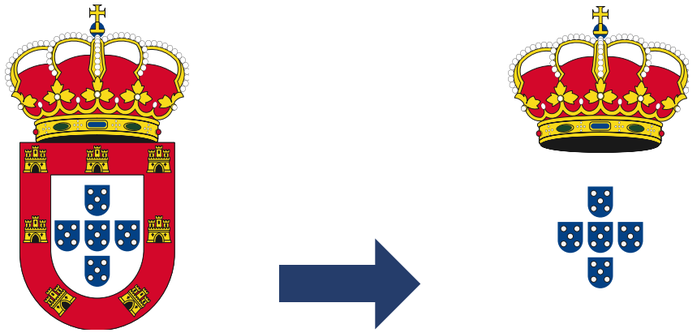
Este ambicioso projecto, lançado em 2010, foi longamente debatido pela Comissão Executiva e posteriormente incluído no Plano Estratégico apresentado no XVIII Congresso da Causa Real em 2012, na sequência da decisão e aprovação da Direcção Nacional.

Para assegurar um trabalho profissional que correspondesse às exigências de uma organização que pretende representar o movimento monárquico português, contámos com o inestimável apoio de profissionais da área de comunicação e assessoria politica, tendo o projecto que ora se apresenta sido gizado, com critério e muita reflexão simbólica, por Gonçalo van Zeller, conceituado artista e *designer* português, simpatizante da nossa causa.

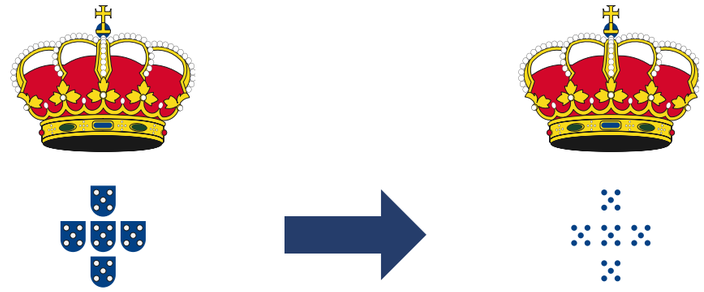
Concepção

A nova "marca" foi, portanto, concebida a partir das Armas Reais Portuguesas, que a Causa Real tem usado desde a sua criação e tentou-se encontrar uma expressão mais simples mas não menos impressiva de representar, simbolizar, o que defendemos e nos une.

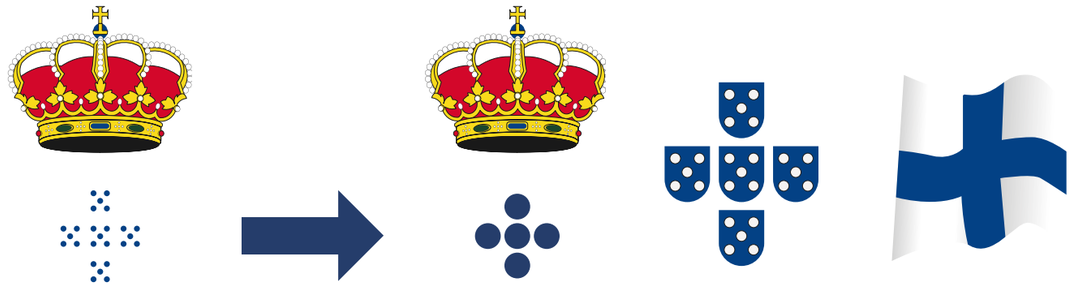
Na busca de um código visual novo, mais simples e arejado, subtraíram-se da imagem actual alguns elementos gráficos:



Eliminando-se a bordadura dos castelos, ficámos com cinco grupos de cinco besantes, que evoca mais antigas bandeiras de Portugal, num total de 25 besantes:



Consolidando os grupos de besantes, transformou-se cada grupo num besante maior, lembrando estes 5 besantes, como se disse, a cruz da bandeira da nossa fundação e as 5 quinas de Portugal:



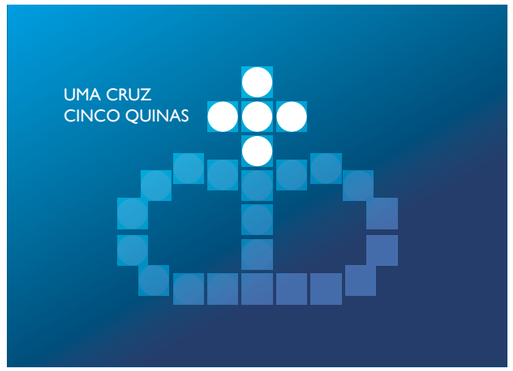
Esta interpretação das 5 quinas passa a encabeçar o símbolo indispensável no código visual da Causa Real, a representação daquilo que une os monárquicos e que configura o seu objectivo – a Coroa.

Os Símbolos – o novo código visual da Causa Real

As Cores são as cores de Portugal desde a sua fundação, o azul e o branco, sem qualquer conotação política para além da Pátria.

A Coroa é constituída pelos 25 besantes das quinas das Armas de Portugal.

Na Coroa, podem ainda encontrar-se outros valores, relativos às figuras de estilo da Geometria Sagrada, utilizada na construção de templos, desde a antiguidade Grega à arquitectura contemporânea, que assenta numa estrutura nascida da regra de ouro euclidiana, fazendo uso dos marcadores visuais, para descodificar algumas propriedades numerológicas com a intenção de reforço dos valores contidos na imagem.



Foi ainda elaborado um lema, forte e capaz de reforçar a desejada unidade que buscamos e que traduz, assim, a visão da Causa Real para Portugal.

CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

As Reais Associações

Para as Reais Associações, desenvolveu-se uma imagem com base em três princípios:

- Homogeneidade com a Causa Real, criando uma verdadeira família de marcas sob o tema da coroa;
- Diferenciação de cores, dando a cada Real Associação a sua cor própria;
- Reconhecimento da sua diversidade, desenvolvendo-se uma marca subsidiária para cada Real Associação, relativa a alguma característica local.

REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DE NOVA IORQUE
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA LITORAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DO BAIXO ALENTEJO
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DO PORTO
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DE COIMBRA
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA INTERIOR
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DO CENTRO E ALTO ALENTEJO
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

REAL ASSOCIAÇÃO DO RIBATEJO
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

Com o culminar deste projecto, está actualmente a ser disponibilizada às direcções das Reais Associações toda a informação e apoio necessário a uma progressiva modificação da imagem gráfica presente nos seus suportes utilizados, como estacionário ou material de propaganda. Desta forma, a direcção da Causa Real promove uma efectiva assunção da nova identidade gráfica, por forma a mobilizar todos os intervenientes para a promoção do ideal monárquico, projectando-o agora de forma mais persuasiva no espaço público, a novos simpatizantes que urge interpelar e atrair.

Projecto de autoria de Gonçalo van Zeller.

www.gvanzeller.com
www.facebook.com/goncalo.vanzeller.52

20 Anos Causa Real
João Mattos e Silva

Fundada em 3 de Novembro de 1993 a Causa Real – Federação das Reais Associações, tive a honra de ser o seu primeiro Presidente. A honra mas também a surpresa de ter sido proposto pela Real Associação de Lisboa para essa função, quando nunca esteve nos meus objectivos vir a encabeçar a primeira direcção. É verdade que tive um passado de militância monárquica muito activa –apenas interrompida por cerca de dez anos de militância partidária porque entendi, na altura, que seria mais útil lutar por um modelo político de sociedade de livre onde o regime que defendia pudesse ter lugar – e que impulsionado e apoiado por amigos, contribuíra para a transformação da Causa Monárquica num movimento agregador dos monárquicos de várias tendências, membros das Reais Associações. Mas outros igualmente o tiveram e com maior relevo do que eu. Essa eleição, sendo uma honra foi, sobretudo, uma enorme responsabilidade que decidi assumir como serviço. E de que, apesar de êxitos, realizações, incompreensões e derrotas, valeu a pena.

A história dos antecedentes da fundação da Causa Real são conhecidos e sobre eles escrevi para o "Correio Real". Como consequência deles sabia que a minha missão não ia ser fácil. Cimentar a unidade das Reais Associações em torno de um projecto federador; criar um espírito de confiança e de diálogo; lançar os fundamentos políticos e organizacionais de um movimento que pudesse atrair os monárquicos ainda não associados ou desconfiados em relação às Reais Associações e ao seu papel agregador; permitir que a voz dos monárquicos, em mensagens nacionais relevantes, se fizesse ouvir a "uma só voz"; alargar a todo o país, continental e insular, o movimento monárquico, foram os grandes objectivos dessa primeira direcção. O primeiro passo, porém, foi criar entre os membros da direcção um espírito de confiança e de coesão que os Estatutos – fruto das nem sempre fáceis negociações para a sua fixação e aceitação por todas as Reais Associações - não facilitava à partida. Constituída por pessoas indicadas por diferentes Reais Associações, que em muitos casos pouco se conheciam, teriam pontos de vista diferentes sobre a Causa Real, a sua missão, os seus fundamentos. E esse espírito de equipa, de coesão em torno de princípios fundamentais do pensamento monárquico, de coesão em torno da acção a desenvolver foram conseguidos desde o início. Assim foi possível , por exemplo, ao Tomás Araújo Moreira, com um imenso trabalho, que implicou reuniões em vários pontos do país, e com o contributo dos restantes membros da Direcção – Paula Leite Marinho, Miguel Cabral de Moncada, Pedro Vilas-Boas Tavares e eu próprio – e dos dirigentes e militantes das Reais Associações, elaborar um documento sobre os princípios da Monarquia que queríamos ver instaurada, no respeito por todas as sensibilidades monárquicas.

"Em vinte anos muito foi feito. Mas muito precisa ser feito ainda para manter viva, e cada vez mais forte, a chama da Pátria na sua inteireza(...)"

No espaço do mandato visitei e reuni-me com todas as Reais Associações para manifestar apoio e receber sugestões e críticas. E foi útil para a nossa actividade e para nos aproximarmos mais. Deve-se a essa aproximação a elaboração de um boletim "Estrada Real", distribuído em todo o País e com colaboração de muitos associados das Reais Associações. Em termos organizativos, lançaram-se os fundamentos de um movimento que iria, no futuro, avançar por novos caminhos.

Ficou muito por fazer? Certamente. Mas deram-se os primeiros passos, firmes, para a congregação de esforços do movimento monárquico em torno do Chefe da Casa Real, com uma única voz e maior visibilidade. Foi o começo. Em vinte anos muito foi feito. Mas muito precisa ser feito ainda para manter viva, e cada vez mais forte, a chama da Pátria na sua inteireza, até ao dia em que o povo português entenda que é o momento de chamar o Rei.

20 Anos Causa Real
Paulo Teixeira Pinto

Portugal ganhou identidade fazendo-se unido na sua pluralidade. E o que precisamente congregou e conferiu unidade às suas diversidades foram os seus reis. O que tinham em comum todos aqueles que foram fazendo Portugal, no curso dos séculos e nos domínios das terras cujas fronteiras estavam sempre mais distantes, era o respeito a quem os conduzia e à bandeira que todos representava. Neste sentido, portanto, pode dizer-se que Portugal , porque nasceu, cresceu e envelheceu como Reino, é sem dúvida uma construção monárquica. Nada de mais natural, por conseguinte, do que um português gostar de gostar de Portugal. E só por isso reconhecer-se como monárquico.

"(...) a tradição que encerra a monarquia não é sinal de antiguidade, mas fonte de modernidade. Porque é uma prova de esperança.."

Ser monárquico não é ser contra alguém ou alguma coisa. É ser por um ideal e estar em defesa de quem o encarna. Porque o Rei não é o senhor do Reino mas sim quem personifica em cada e determinado momento todos aqueles que vivem com identidade comum, num tempo comum e num espaço comum. Nós, os monárquicos portugueses, também sabemos bem, agora já no terceiro milénio, que a tradição que encerra a monarquia não é sinal de antiguidade, mas fonte de modernidade. Porque é uma prova de esperança. Não desconhecemos que só os povos que preservem os códigos da sua própria identidade poderão permanecer enquanto tais. Daí o ânimo de querer continuar a ser o que somos: portugueses por natureza e universais por vocação, logo também europeus por consequência.

Por isso, ser monárquico hoje não é só uma manifestação de lealdade histórica. É sobretudo uma declaração de luta futura pela defesa da Independência de Portugal. Para sempre. E esta é a razão fundamental para todos os portugueses redescobrirem a necessidade e a urgência de emprestarem a sua vontade à restauração da Monarquia.

Para nós, assim será até à proclamação: monárquicos porque sim!

Porque as convicções e os princípios formam uma causa.

E uma causa precisa de uma voz.

Que a Causa Real seja a voz dessa causa.

Por causa de Portugal.

Viva o Rei!

Viva Portugal!

Daqui e Dali:

"Para cada monarquia derrubada o céu torna-se menos brilhante, porque perde uma estrela. Uma república é a fealdade à solta"

***Anatole France,** escritor francês, Prémio Nobel da Literatura, 1921*

20 Anos Causa Real - Causa Maior

António Souza-Cardoso

Recordo vivamente o entusiasmo que vivemos na Casa da Laje, do meu querido amigo José Adolfo Azevedo, quando há vinte anos constituímos a Causa Real-Federação das Reais Associações.

"A instituição real é, cada vez mais o garante(...) da soberania, da cultura, da identidade e da história portuguesas."

Cinco anos antes tive o privilégio de participar no grupo fundador da Real Associação do Porto e, mais tarde da Real Associação de Braga. Desde esse momento há quase 25 anos, até hoje, não mais deixei de ter funções dirigentes no movimento.

Não me alimenta qualquer atitude narcisista neste pequeno intróito. O meu ponto não é ter feito mais, nem menos que qualquer outro monárquico. O meu ponto é que sempre me conjurei numa convicção profunda em que sempre acreditei.

Falo de conjura e de compromisso, porque sinceramente considero que esse é o grande mal do movimento monárquico.

"A instituição real é também o projecto mais profundo de modernidade das sociedades contemporâneas e da regeneração da qualidade das democracias de matriz ocidental. "

Não conseguimos que os portugueses projectem a eventual simpatia que têm pela sua história, identidade e cultura, para um plano institucional e político relevante. A ideia da monarquia ou da instituição real podem chegar a ser simpáticas, mas nunca relevantes ou prioritárias.

Concordo que não conseguimos colocar esta premência na agenda política. Mas não o fazemos porque, nós próprios, não nos conseguimos conjurar.

Conseguimos encontrar diferentes motivações para aderirmos, ou mais provavelmente para dedicarmos simpatia ou consideração pela instituição real.

Mas reservamos essa convicção para a mais recôndita das nossas diletâncias ou, quando decidimos ir mais longe, fazemo-lo por uma questão de princípio, de afirmação ou estatuto social ou, simplesmente, porque não logramos ter outro espaço de intervenção cívica. Mas não o fazemos, francamente, porque acreditamos que vamos conseguir mudar.

E aí reside a nossa falta de compromisso e de conjura. E dela decorre, em consequência, a nossa falta de relevância.

Regresso ao entusiasmo daquele dia, de há vinte anos, na Casa da Laje.

E de insistir no que tenho insistido sempre. A dinâmica das economias e das sociedades globais exige referenciais identitários e agregadores que, como dizia, António Sardinha, dêem à Pátria uma "figura humana". A instituição real é, cada vez mais o garante dessa representação, da soberania, da cultura, da identidade e da história portuguesas. A instituição real é também o projecto mais profundo de modernidade das sociedades contemporâneas e da regeneração da qualidade das democracias de matriz ocidental. E isto não é mobilizador? Não é suficiente para provocar a nossa conjura, o nosso compromisso?

Fazer do Rei dos portugueses o Chefe de Estado de Portugal é uma Causa Maior que, vinte anos depois, continua ao nosso alcance, à mesma distância da capacidade que temos para fazer a nossa conjura, o nosso compromisso.

Daqui e Dali:

""Monarquia e democracia é uma conjugação política de sucesso, de sucesso social, de sucesso democrático, de sucesso económico."

Pedro Furtado Correia, **in** ***Blog Caderno Monárquico***

Montesquieu e a liberdade em monarquia

Samuel de Paiva Pires

Em *"On Political Liberty: Montesquieu's Missing Manuscript"*, Annelien de Dijn debruça-se sobre um manuscrito perdido de Montesquieu, que ajuda a melhor compreender o célebre livro XI de *Do Espírito das Leis*, onde são tratados o conceito de liberdade e o regime monárquico. O argumento principal é o de que os súbditos monárquicos não estão necessariamente numa posição pior que os cidadãos republicanos no que concerne à segurança das suas vidas e posses, e que, na verdade, estas podem estar mais seguras numa monarquia do que numa república. Distanciando-se da oposta corrente republicana, que ao recuperar a noção de participação política da antiguidade clássica, acabou por equacionar liberdade com autonomia ou auto-governo, Montesquieu articulou uma concepção negativa de liberdade, procurando desta forma defender a monarquia contra os sectarismos revolucionários., afirmando que um homem livre é "aquele que tem boas razões para acreditar que o furor de uma pessoa ou de muitas não lhe roubará a sua vida ou a posse dos seus bens."

Esta redefinição do conceito de liberdade enquanto segurança obriga, no entanto, a colocar a pergunta sobre como garantir esta segurança. A resposta de Montesquieu é dada ao debruçar-se sobre a constituição inglesa. Considerando-se discípulo de Locke, acaba por aprofundar a teoria da separação de poderes, fundamental para garantir a segurança e, consequentemente, a liberdade individual. Partindo da sua famosa proposição de que "todo o homem que tem poder é levado a abusar dele" indo até onde encontra limites, Montesquieu considerou que "Para que se não possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder trave o poder", o que nem sempre é conseguido por intermédio das leis, pelo que um sistema de pesos e contrapesos se torna necessário.

Montesquieu preocupou-se em responder à questão sobre como garantir um governo representativo que assegure a liberdade e minimize a corrupção e os monopólios advindos de privilégios inaceitáveis. A sua resposta vai no sentido de um estado constitucional, que mantenha a lei e a ordem, como forma de assegurar os direitos dos indivíduos, recaindo a sua preferência, naturalmente, sobre o sistema da monarquia constitucional britânica. Relacionando o governo monárquico com um sistema de *checks and balances,* Montesquieu acabou por articular as preocupações republicanas e liberais sobre o problema de unir os interesses privados e o bem público, arquitectando institucionalmente a forma como estes interesses se devem relacionar sem sacrificar a liberdade da comunidade. Esta institucionalização visa, por um lado, impedir a centralização de poder, e, por outro, despersonalizar o exercício do poder político. E esta despersonalização está também em David Hume, que ao procurar demolir a equação entre monarquia e despotismo, evidencia como as monarquias civilizadas, modernas, constituem-se como um governo de Leis, não de Homens, o que também está em linha com a acepção de John Locke de que "onde não há lei, não há liberdade."

O corolário disto é a concepção de Montesquieu de que a liberdade não está directamente relacionada ou dependente da forma de governo, que um povo não é livre por ter esta ou aquela forma de governo mas sim porque o governo é estabelecido pela Lei, porque obedece ao Estado de Direito. Isto implica a invalidação do muito utilizado argumento de que uma república garante mais liberdade que uma monarquia. Na verdade, conquanto exista uma ordem constitucional baseada na Lei, na separação de poderes e nos direitos individuais, uma monarquia pode garantir o mesmo ou um maior grau de liberdade que uma república.

Daqui e Dali:

”A monarquia parlamentar cumpre uma função que está fora do alcance de um presidente eleito. Restringe, formalmente, a ânsia de poder dos politicos porque ocupa, de forma definitiva, o cargo supremo do Estado.”

***Max Weber,** economista e sociólogo alemão*

“Quando é vedado aos homens honrar o seu Rei, passam antes a honrar milionários, atletas ou estrelas de cinema; e até prostitutas famosas e bandidos. Pois o espírito, tal como o corpo, carece de alimento; neguem-lhe comida e ele devorará veneno.”

***C.S. Lewis,** escritor britânico e autor das conhecidas “Crónicas de Narnia”*

Cartoon...

“Mas tu não percebes que a Monarquia é uma coisa do passado?”
por Luís Lourenço
Luis Lourenço • lourencodesigns@gmail.com

NOVO SÓCIO

Nome: Jorge Oliveira

Idade: 52 anos

Naturalidade: Figueira da Foz

Ocupação: Engenheiro Químico, doutorado na Universidade de Leeds (Reino Unido), é professor *(Senior Lecturer)* de Engenharia Química na Universidade Nacional da Irlanda, Colégio de Cork, desde 1999, onde é também Director do Departamento de Engenharia Química e presidente do conselho pedagógico das licenciaturas da Faculdade de Engenharia.

CR: Porque decidiu tornar-se sócio da RAL?

Esperando contribuir para que o País pense em si próprio de forma mais fundamental, profunda e eficaz.

CR: Quais considera serem os principais defeitos do movimento monárquico português?

O principal é não ser entendido correctamente pelos portugueses e ser percepcionado como “voltar atrás”.

É fundamental distinguir entre diferentes elementos do poder político. Distingo poder executivo e poder representativo. O poder executivo é exercido pelos representantes eleitos em sufrágio universal - seja Monarquia ou República. Quem representa o País para dois objectivos cruciais: (i) monitorizar o poder executivo assegurando a observância das regras democráticas e o interesse primordial dos Portugueses; (ii) unir e motivar os Portugueses, como encarnação do espirito nacional e do seu valor? Os monárquicos julgam que um rei, preparado desde criança para entender a importância destas funções e a forma de as exercer com isenção das opções políticas executivas e que pela sua pessoa e antecedentes é uma encarnação pessoal da história e da cultura do povo que representa são a melhor solução. Numa República escolhe-se alguém como Presidente, que vem do poder executivo, e portanto não pode separar-se do seu historial pessoal, dos “amigos e inimigos” feitos nos combates políticos travados para chegar onde chegou.

O movimento monárquico não devia ser visto como um movimento para repor o passado, mas uma opção para um futuro melhor porque as suas propostas para o poder representativo são mais eficazes.

CR: E as principais virtudes?

Pela natureza do que a solução monárquica exige para o poder representativo, D. Duarte e sua Ilustre Família são a maior virtude que o movimento pode ter. D. Duarte une as duas linhas dinásticas de D. Pedro e de D. Miguel na posição de chefia da Casa de Bragança, o que tem importância significativa para um representante e motivador do espírito nacional, o que requer peso histórico e cultural. Com a actual Família Real, temos um movimento credível, que pode explicar como (e com quem) a monarquia serve melhor os interesses estratégicos do País, onde o poder executivo é exercido democraticamente, com um poder representativo imparcial, motivador e garante de democracia, justiça e defesa dos interesses do povo Português.

CR: Que contributo espera poder dar a esse movimento?

Espero contribuir para que os portugueses vejam na monarquia uma proposta para melhorar o nosso sistema político e o nosso futuro. • **DC**

A nova JMP

Diogo Tomás

Presidente da Juventude Monárquica Portuguesa

A JMP representa hoje todos os jovens que acreditam na Instituição Real como elemento fundamental de um Portugal próspero, livre e democrático.

Mas nem sempre foi assim.

Na história recente do movimento monárquico tivemos várias organizações de juventude. Por exemplo, a Juventude Monárquica do PPM, a Juventude Lusitana, as Juventude Reais (ligadas às Reais Associações e mais tarde designadas Juventudes Monárquicas), a Juventude Monárquica Portuguesa (organização distinta da JMP de hoje), os Arautos d´El-Rei, etc..

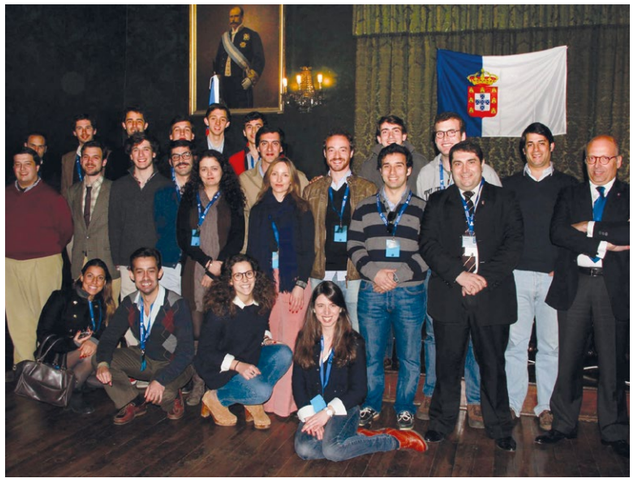
Excepcionando a juventude do PPM, as outras organizações surgiram na década de 90, numa altura em que Portugal vivia o entusiasmo monárquico sustentado pelo Casamento e Baptizados Reais.

Depressa se sentiram as dificuldades organizativas criadas pela dispersão dos jovens. Era difícil falar a uma só voz, não existia uma base de dados representativa do número de jovens monárquicos e a continuidade, que deveria ser potenciada pela renovação de gerações, saía afectada quando os fundadores abandonavam as direcções.

Percebendo esta realidade, mas ao mesmo tempo reconhecendo o trabalho extraordinário realizado por todos na divulgação do ideal monárquico, Rui Araújo lançou o convite/desafio aos representantes de todas as associações para que se criasse o Conselho Nacional da JMP (CNJMP), onde todas as associações teriam assento. Assim aconteceu.

O CNJMP foi fundado por representantes de várias JM locais. Destaco Joel Moedas-Miguel, Jorge de Seabra Leite-Pereira e Francisco Canelas de Melo, sempre incansáveis e persistentes, eu próprio, em representação da Juventude Lusitana, e o Rui Araújo.

Hoje, vivemos um momento único deste percurso. O CNJMP e a Causa Real deram um passo fundamental na concretização do projecto JMP, na correspondência aos anseios dos jovens, decidindo fundar a JMP como associação de pleno direito, com personalidade jurídica.



A 5 de Outubro de 2013 nasceu uma nova JMP, pronta para os desafios do séc. XXI, sempre com o objectivo de servir Portugal.

Portugal Real 100% Alto Minho

Junho de 2013 - Junho de 2014

Por ocasião do 161º aniversário da Associação Empresarial de Viana do Castelo, foi criado o evento "Portugal Real 100% Alto Minho", apadrinhado pela Casa Real Portuguesa nas pessoas de S.S.A.A.R.R. os Duques de Bragança.

A primeira sessão decorreu em Junho do ano passado, com o apoio das Reais Associações de Viana do Castelo e de Braga e contou com uma série de eventos que animaram as populações de Ponte de Lima, Viana do Castelo e Arcos de Valdevez, numa mostra do que de melhor e genuíno se produz nesta nobre e tão bela região de Portugal.

Com o céu cinzento e entre chuviscos e tímidas abertas, foram as forças vivas locais e as gentes da terra que imprimiram radiante cor, na alegria do seu profundo sentido de pertença. A manhã de sábado foi vivo exemplo disso, na cidade de Viana, cujo comércio se engalanou para receber D. Duarte e D. Isabel de Bragança que não se pouparam ao contacto com os lojistas que faziam questão de os felicitar dentro de portas.

Depois da recepção no Museu do Traje pelo Presidente da Câmara da cidade, particularmente emotiva foi a passeata dos Duques de Bragança pelas ruas da cidade num banho de afectuosa multidão e o almoço de beneficência em Santa Marta do Portuzelo em favor da Casa dos Rapazes, Instituição Particular de Solidariedade Social que desde 1952 se dedica à protecção da infância, o qual juntou mais de duas centenas de beneméritos, naquilo que

também foi uma mostra de produtos e artesanato do Alto Minho.

Entretanto prepara-se já mais uma sessão de "Portugal Real 100% Alto Minho" que decorrerá no fim-de-semana de 27 a 29 de Junho e que integrará no sábado, em Viana do Castelo, o XX congresso da Causa Real, num vasto programa de actividades culturais, lúdicas e promocionais que contarão uma vez mais com a presença da Família Real Portuguesa. • **JT**

Integralismo Lusitano - 100 anos depois

10 de Dezembro de 2013

Para assinalar o centenário do **Integralismo Lusitano,** original projecto de regeneração da Pátria Portuguesa, a Real Associação de Lisboa promoveu, no dia 10 de Dezembro de 2013, no Auditório da Livraria Ferin, ao Chiado, uma muito participada conferência proferida pelo Dr. José Manuel Quintas (autor de "Os Filhos de Ramires"). Foi apresentada a génese desta fértil corrente filosófica e movimento de intervenção política e traçado o perfil dos seus vultos mais representativos, que eram também dos mais notáveis intelectuais de uma marcante geração (António Sardinha, Luís de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz, Pequito Rebelo, entre outros). Seguiu-se um vivo debate que muito contribuiu para realçar os aspectos essenciais da proposta integralista, as vicissitudes do movimento e para a contextualização de uma época. • **NP**

XIX Congresso da Causa Real

5 de Outubro de 2013

O XIX Congresso da Causa Real decorreu a 5 de Outubro de 2013, no Teatro Sá da Bandeira em Santarém, tendo, como habitualmente, duas partes distintas.

Na parte da manhã, o presidente da Causa Real, Luis Lavradio, o seu vice-presidente, João Távora, o secretário-geral da Direcção, Sérgio Rau Silva e Teresa Côrte-Real, membro da Direcção e responsável pelo Projecto Educar, expuseram aos congressistas a situação actual dos vários projectos da Direcção, incluindo a nova imagem do movimento e o novo sítio na Internet, passando-se depois à discussão do Relatório e Contas.

À tarde, de portas abertas à população, largas dezenas de pessoas assistiram a um vivo debate subordinado ao tema "O Estado no Terceiro Milénio" introduzido pelo constitucionalista Lourenço Vilhena de Freitas e moderado por Nuno Pombo, presidente da Real Associação de Lisboa, contando ainda com a participação dos oradores Manuel Braga da Cruz, Miguel Freitas da Costa e do Padre Gonçalo Portocarrero de Almada. A sessão de encerramento esteve a cargo de Martinho Vicente Rodrigues, com uma exposição sobre o tema "Santarém na História da Monarquia Portuguesa" e contou com a presença de S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança.

Após o encerramento, a Real Associação do Ribatejo, que montou com eficácia toda a logística do Congresso, organizou ainda um arraial aberto à população.

Paralelamente, na Casa do Brasil na mesma cidade, a Juventude Monárquica Portuguesa (JMP) elegeu a sua direcção nacional naquele que foi o seu Congresso Fundador e entre a presença de numerosos jovens, contou com a participação dos líderes da JSD, JP e da JM-PPM. • **JT**

Festa Azul

Beja, 10, 11 e 12 de Outubro de 2013

Organizada como sempre pela Real Associação do Baixo Alentejo, decorreu em Beja, nos dias 10, 11 e 12 de Outubro de 2013, a já afamada Festa Azul, desta feita em parceria com os Municípios da Vidigueira, Beja e Alvito, "Vidigueira Cidade do Vinho", todas as Juntas de Freguesia da cidade de Beja e o Instituto Politécnico de Beja.

Ao longo dos três animados dias, foi possível assistir a eventos muito variados, desde a conferência "Em Português nos entendemos" passando pela exposição de pintura de artistas de países de língua oficial portuguesa, comissariada pelo Mestre António Inverno, que contou com a participação dele próprio, Kiki Lima (Cabo Verde), Sidney (Guiné), Chichorro (Moçambique), Ricardo Paula e Armando Santos (Angola) dos portugueses Isabel d'Aragão (Pitucha) e todos os artistas plásticos de Beja, pelas provas de vinhos e pelos espectáculos de grupos corais de cante alentejano e de tunas académicas, bem como dos artistas Kiki Lima, Xeque-Mate, Bubedanas, Feedback Line, Olavo Bilac, Terraza e António Zambujo.

Nos eventos dos dois primeiros dias esteve presente SAR O Senhor Dom Duarte, nomeadamente na conferência e no jantar solidário.

Também marcaram presença o Presidente da Câmara Municipal da Vidigueira, Dr. Manuel Narra e o Presidente da Assembleia Municipal da Vidigueira, Dr. José Soeiro.

Os espectáculos, a exposição e a prova de vinhos decorreram no Castelo de Beja que conferiu a toda a Festa Azul uma dignidade e uma beleza fora do comum.

O Dr. José Gaspar Robles Monteiro e a sua equipa de associados da Real Associação do Baixo Alentejo estão, pois, de parabéns por mais esta organização. • **LMC**

Mérito e militância

Lisboa, Março de 2014

Na última Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa, realizada em Março passado, foram agraciados com medalhas de mérito dos nossos associados, o Arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles e Maria Augusta de Menezes, cuja militância e serviços prestados à causa da Monarquia, em diferentes planos, ao longo dos anos, se vem revelando exemplar e bem merecedora desta distinção. • **JT**

NA FOTOGRAFIA

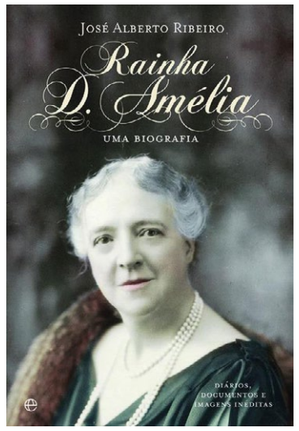
1. Maria Augusta de Menezes.
Foto: © Raúl Bugalho Pinto

FICHA TÉCNICA

Título: Rainha D. Amélia - Uma biografia

Autor: José Alberto Ribeiro

Editora: A Esfera dos Livros



É um lugar comum lermos que uma nova biografia "era a biografia que faltava", mas no caso concreto é assim mesmo. A biografia que faltava e que se impunha sobre D. Amélia, escrita por quem não esconde a sua admiração pela soberana mas que não dispensou o rigor historiográfico a que estava obrigado por dever de ofício. Uma pesquisa prolongada, com consulta desde logo dos diários privados de D. Amélia, escritos ao longo de seis décadas e que se encontram em Paris, mas também de arquivos nacionais e que se revelou frutífera revelando aspectos e pormenores pouco conhecidos tanto da vida pública como da vida privada da rainha.

Se a política intensamente vivida das últimas décadas da monarquia portuguesa é escalpelizada com isenção, não vive só da esfera política esta biografia da nossa última rainha embora procure esclarecer alguns temas que se tornaram fonte de controvérsia durante as últimas décadas: a sucessão na chefia da Casa Real Portuguesa, ou as relações com Oliveira Salazar.

É lembrada a importante acção de D.Amélia como promotora de obras assistenciais em Portugal tanto durante a monarquia como no exílio, mas também o seu interesse pelas mais recentes descobertas científicas que procurou transmitir aos sucessivos governantes.

Há que realçar também o aspecto iconográfico da obra, que conta com a reprodução de muitas imagens pouco conhecidas ou mesmo inteiramente desconhecidas do grande público. São também de louvar as árvores genealógicas e as notas que se encontram no final da obra e que ajudam à melhor compreensão do contexto familiar e político em que se moveu a biografada.

É, pois, de leitura obrigatória para todos os que se interessam pela História de Portugal e pela vida da Rainha D. Amélia esta obra de José Alberto Ribeiro, que a escreveu sendo responsável pela Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves e se encontra hoje à frente do Palácio Nacional da Ajuda.

"Levem-me para Portugal, adormeço em França mas é em Portugal que quero dormir para sempre. No presente, Deus está comigo" - As últimas palavras de D. Amélia no dia 25 de Outubro de 1951.

Luís Barata

Daqui e Dali:

"Se fores Rei de um grande reino, serás sempre Rei, mesmo que vivas no mato. Se fores Rei de um pequeno reino, poderás levar o teu povo a alcançar valor e honra e juntos conquistarão tudo. E se não fores Rei, mesmo que te sentes no trono real e te adornes com luxuosos mantos de seda e veludo, continuarás sem ser Rei e nunca o serás."

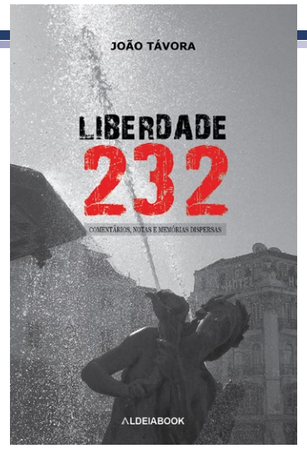
***C. Joy Bell C.,** poetisa e autora americana*

FICHA TÉCNICA

Título: Liberdade 232

Autor: João Távora

Editora: Aldeiabook 2013



Ao fim de vários anos de escrita em blogues — entre os quais o das contra-comemorações do centenário da república, de indiscutível mérito —, João Távora sentiu necessidade de um auto-exame panorâmico, relendo-se e destilando-se numa antologia capaz de o representar, para desse modo afirmar, uma vez mais, as suas claras convicções conservadoras e liberais.

Contrariando o quadro geral de predomínio literário das esquerdas (seja isso lá o que for), surge assim um livro aparentemente despretensioso, produzido quase artesanalmente, à margem dos grandes conglomerados editoriais, mas de assinalável qualidade e originalidade.

O memorialismo intimista e a suave firmeza da conversa política deste monárquico dedicado têm na escala bonsai e no estilo coloquial dos textos o formato ideal para exibir todo o caleidoscópio dos temas abordados ao longo de quase duzentas páginas. «Raios de luz» (p. 50), uma lembrança de infância passada na casa dos tios na Avenida da Liberdade que dá título ao volume, ou o post sobre a carreira 9 da Carris (em que os sons da cidade permaneceram na memória do autor), por exemplo, falam-nos deste conservador que olha o mundo em mudança deplorando a «sofreguidão hedonista» (p. 11), a «invasão dos anglicismos» (p. 17), a «adolescentocracia» (p. 119), a ausência de crianças que brinquem na rua («um muito mau sinal», p. 58) e que se interroga sobre «o que é feito das fadas de antigamente?» (p. 13), para proclamar que «as memórias felizes são o mais valioso legado que podemos deixar aos nossos filhos» (p. 71).

Não por acaso, o livro é dedicado à memória do pai, o Marquês de Abrantes, «desajeitado sonhador e insigne investigador de minudências históricas, quase sempre exasperado com o seu crónico desconforto material» (p. 87). Uma velha televisão de válvulas foi o possível ponto de união entre irreconciliáveis: «No início da série Os Vingadores (Grã-Bretanha, 1961-69), quando ainda mal sabia ler as legendas, assistia aos episódios numa semiclandestinidade. É que numa família pouco liberal como a minha, a criançada tinha impreteríveis horas para se deitar. Mas havia truques e manhas para me fazer passar despercebido: no chão, de pernas cruzadas a respirar baixinho, num discreto recanto. Até que o meu pai se dava conta que eu ali estava, tenso, mas flagrantemente feliz. Às vezes ele, adorável como sabia ser, suspirava e condescendia; outras, corria-me dali para a cama, cortante e autoritário, mesmo na altura do emocionante desenlace» (p. 175); «Foi com Os Marretas que consegui detectar o pézinho maroto do meu pai, no sofá, a bater o ritmo do rock mais pesado. E a rir-se à gargalhada com os chavões dum tempo que definitivamente já não era o dele» (p. 165).

João Távora manteve a matriz monárquica dos seus ancestrais (o avô e padrinho, também evocado, fundou a editora Gama, para divulgar os grandes doutrinários da monarquia), mas deu-lhe o *upgrade* que faz dele uma das referências da nova geração de monárquicos. Não por acaso, as páginas centrais do livro são dedicadas ao regime do Rei, à fascinante história de vida da infanta Maria Adelaide e ao réquiem soleníssimo que assinalou o centenário do Regicídio — e faltou-lhe incluir as páginas dedicadas à «mais bela bandeira do mundo»…

O comentário político joga-se, em boa medida, na modalidade de pingue-pongue rápido contra as chamadas «causas fracturantes», a diabolização da Igreja católica e a instrumentalização dos *media*, o despesismo público, o «atávico conformismo e a proverbial mediocridade» (p. 27), para defender, em síntese, que «qualquer comunidade depende de uma cultura de serviço e altruísmo, ou seja, de Amor» (p. 103), e, mais cruamente, que «uma democracia de carroceiros resulta inevitavelmente numa barbárie de canalhas» (p. 105).

A comercialização alternativa do livro — em livrarias seleccionadas e sobretudo em linha — é um exemplo a seguir.

Vasco Rosa

Seja responsável. Beba com moderação.

FORNECEDOR OFICIAL
DA CASA REAL

SAGRES
BOHEMIA

SAGRES BOHEMIA ORGULHA-SE DE SER A HERDEIRA
DAS COMPANHIAS DE CERVEJA FORNECEDORAS DA CASA REAL PORTUGUESA.